

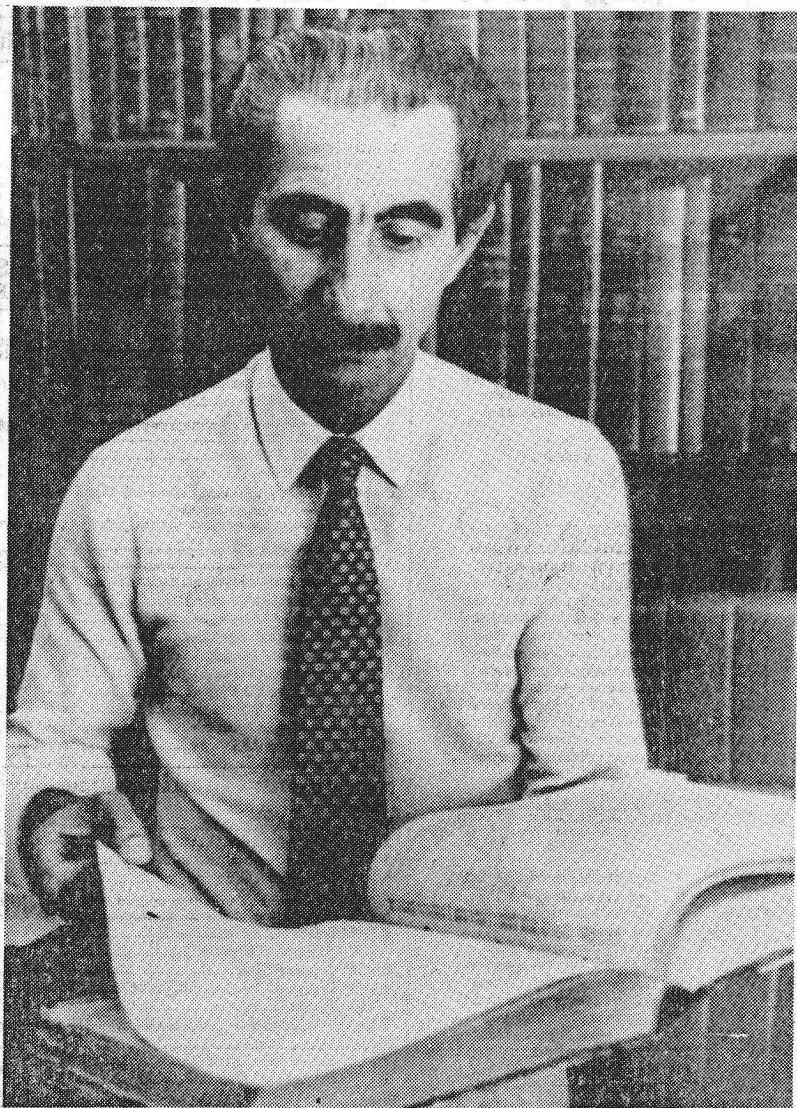
Técnico colecciona histórias

BRASÍLIA — Desde que ingressou na Câmara dos Deputados, há 33 anos, o mineiro Luiz Vasconcelos, de 59 anos, lida com orçamentos da União. Ele é do tempo em que cada deputado podia apresentar quantas emendas orçamentárias quisesse. Essa fase foi interrompida em março de 1964. Daí até 1968 os parlamentares tiveram seu poder reduzido e de 1969 em diante o Congresso foi esvaziado completamente.

A liberdade de alterar o orçamento era tanta que a mensagem presidencial para 1960 teve 100 mil emendas. Luiz Vasconcelos lembra-se, emocionado, da história que deu origem à barragem da Boa Esperança, no Piauí. Estava em discussão na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados a proposta orçamentária de 1956.

Nervoso, o deputado Mildon Brandão, da UDN do Piauí, esperava a discussão da sua proposta de construção da barragem. Os trabalhos haviam começado de manhã e já passava das duas horas da madrugada quando o deputado resolveu dormir um pouco na sala ao lado. Às 4 horas da manhã, um amigo de Brandão acordou-o. "Sua emenda foi rejeitada." O deputado levantou-se e aos prantos, disse ao presidente da Comissão, Israel Pinheiro, que seu povo estava morrendo de sede e na miséria e que a barragem seria a única salvação. "Foi uma comoção geral e a comissão mudou o voto."

Quase 15 anos depois, a barragem foi inaugurada e o deputado Mildon Brandão nem recebeu o convite para a cerimônia. Antes, o que o Congresso determinava era acatado pelo Executivo: "No orçamento de 1957 o Ministério da Guerra teve um corte nas despesas de custeio de 40% e o marechal Henrique Teixeira Lott obedeceu sem nenhum protesto", diz Vasconcelos.



André Dusek/AE — 26/8/88

Vasconcelos: lembrança de 1960, com 100 mil emendas